

ELEIÇÕES / Nos primeiros três meses de 2022, TSE registra um aumento de 25,4% na quantidade de jovens com menos de 18 anos que se alistaram para votar em outubro, em comparação com a última eleição presidencial

Corrida para tirar o título

» TAINÁ ANDRADE
» VINÍCIUS DORIA
» ISABEL DOURADO*

Isadora Luiza Ferreira de Souza tem 15 anos e, até dois meses atrás, vivia em Monsenhor Horta, distrito de Mariana, em Minas Gerais. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região tem 1.740 habitantes, na qual 889 são mulheres. A cidade é parte da história do Brasil, mas hoje não é a mais badalada do circuito histórico mineiro. Considerada área rural de Mariana, a maioria de seus moradores ganha a vida pela atividade agrícola. Foi nesse contexto que Isadora cresceu. A menina, que é apaixonada pelo estudo da história, quando soube que a lei permitia — mesmo sem os 16 anos completos — antecipar a retirada do título de eleitor, fez questão de realizar o processo.

“Você está vendo que a história está se repetindo ao longo do tempo. Nós, jovens, somos os que podemos mudar, porque uma pessoa mais velha já tem a concepção de mundo feita. Desde que eu era mais nova, tinha interesse em ter a minha voz e fazer minhas próprias

escolhas. Sempre fui uma criança que assistia ao jornal e gostava de acompanhar a política. Assim que descobri que poderia tirar o título, já quis. Falei com os meus pais e não pedi, só avisei que ia tirar. Meu pai me sugeriu tirar depois, mas eu expliquei que tento me conscientizar o máximo que posso e, por isso, fazia questão”, comentou.

Decidida, Isadora foi com a mãe até o cartório eleitoral. “Ao mesmo tempo que tenho um pai machista, tenho uma mãe muito empoderada, que vai contra tudo isso. Então, desde o início, me apoiou e foi comigo tirar o título. Minha mãe me ensinou que não se deve votar nulo e branco, pelo fato de que foi muito difícil, principalmente para nós, mulheres, termos direito de tirar o voto direto”, explicou. Isadora detalhou a sensação que teve ao ter o documento em mãos. “Cresci como cidadã. Foi uma sensação incrível”, despontou.

Isadora se informou pelo estudo, mas também foi estimulada pelas informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A campanha do órgão para estimular o alistamento de eleitores de 15 a 17 anos surtiu efeito. Só nos primeiros três meses deste ano, 1,1 milhão de adolescentes

se cadastraram para participar do pleito de outubro. O número é bem maior que o registrado no primeiro trimestre de 2018, ano das últimas eleições presidenciais, quando 877 mil jovens procuraram a Justiça Eleitoral para garantir o direito de voto — um aumento de 25,4%. O prazo final para cadastramento na Justiça Eleitoral termina em 4 de maio.

No mês passado, o TSE promoveu a Semana do Jovem Eleitor, para conscientizar o público da importância de participar do processo de escolha dos representantes. Somente em 24 e 25 de março foram emitidos mais de 90 mil títulos para quem tem menos de 18 anos.

Artistas

Cientistas políticos apontam outro fator para explicar o aumento do interesse dos jovens: a campanha do TSE ganhou a adesão espontânea de artistas e influenciadores digitais, como a cantora Anitta. Mais próximos do diálogo com essa parcela da sociedade, eles ajudaram a reforçar a mensagem da importância do voto para a solução dos problemas do país, em um ambiente democrático.

Entre os jovens eleitores

Divulgação/TSE



Alistamento de jovens é recorde nos três primeiros meses do ano, apesar do voto facultativo

contabilizados pelo TSE está Anabel Almeida, 17 anos, estudante da unidade de ensino pública do Recanto das Emas. No último ano do ensino médio, ela diz que foi incentivada a tirar o título. “Acho importante os jovens fazerem esse movimento para contribuir com a democracia brasileira. Também fiz o título porque quero ajudar a tirar o Bolsonaro do poder. Se todos os adolescentes que eu conheço votassem contra ele, eu tenho certeza que já seria uma grande ajuda”, declarou.

Débora Messenberg, socióloga e professora da Universidade de Brasília (UnB), observa que essa dificuldade inicial de incluir o jovem e fazer com que ele tenha iniciativa em relação à vida pública pode vir de um sentimento coletivo de desinteresse da sociedade à política institucional. Portanto, ela defende que o estímulo à educação política deve começar desde a infância, por uma perspectiva de ação coletiva.

“Primeiro é preciso desmistificar que a política é algo ruim

ou algo externo a nós e esclarecermos que a política a gente faz diariamente, seja percebendo isso, seja não percebendo. E, de outra forma, mostrar que é importante essa participação ativa na vida pública. Por isso, quanto mais cedo, melhor. Eu acredito que esteja com os jovens a perspectiva de mudança social, porque são eles que ainda trazem o espírito e o desejo da transformação”, complementou.

*** Estagiária sob a supervisão de Vicente Nunes**

Divulgação



Carol Pataxó: “Meu papel é mudar o que está acontecendo”

Recado para o futuro

Carol Yoki Pataxó tem 18 anos e é nativa do povo Pataxó, localizada em Minas Gerais. Ela comentou que não pesquisa sobre temas políticos, também acha que são poucas as pessoas que explicam sobre o assunto. Mas, com a ascensão de Bolsonaro, a cada declaração do presidente dirigida aos povos indígenas, ela passou a entender a importância de estar inserida nesse ambiente. “Eu decidi (tirar o título) porque eu vejo que tem muita coisa acontecendo que eu não concordo. Acho que eu deveria participar desses governos, de quem está comandando o meu país, porque, como eu sou nativa, eu acho que tenho que ter alguma influência no que vão fazer no meu território, nas minhas florestas, em tudo”, compartilhou.

“O meu papel é o de mudar o que está acontecendo para as próximas gerações, igual meus ancestrais fizeram. E eles tentaram o

máximo possível resistir para existir. Tentaram mudar o que estava acontecendo, não deu muito certo. Ainda assim, eles tentaram e eu vou tentar fazer isso agora: mudar o nosso futuro para as próximas gerações. Eu acho que o voto vai mudar muita coisa, sim”, definiu.

A socióloga Messenberg alerta, portanto, que apesar de os jovens terem uma posição política mais clara, eles ainda se interessam e se alinham a movimentos sociais mais específicos



Eu acredito que esteja com os jovens a perspectiva de mudança social porque são eles que ainda trazem o espírito e o desejo da transformação”

Débora Messenberg,
socióloga e professora da UnB

de seu interesse, por isso esse pode ser, no geral, um voto difuso. “Os jovens particularmente têm uma posição mais clara, pelo menos as pesquisas indicam um maior descrédito em consideração do governo Jair Bolsonaro como ruim e péssimo. E também é fácil entender essa rejeição frente à própria política do governo em relação ao Ministério da Educação e mesmo na condução da pandemia. Então, nesse sentido, eles são muito disputados pela

oposição para que eles (jovens), antes de mais nada, se cadastrem e efetivamente se tornem uma massa de votos contra o governo”, conjecturou.

No balanço do mês de março, o aumento de registros do TSE para faixa etária entre 16 a 18 anos foi 45% maior do que a quantidade de alistamentos de fevereiro: de 200 mil para 290 mil. Caso abril repita os números do mesmo mês de 2018, quando houve 290 mil novos registros, as próximas eleições poderão ter mais de 2 milhões de jovens aptos a votar. Um número que não vai ser ignorado por partidos e candidatos, mas ainda é distante dos 2,5 milhões de adolescentes inscritos na Justiça Eleitoral uma década atrás, em 2012. (TA, VD e ID)

LEIA MAIS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE JOVENS NA POLÍTICA NA PÁGINA 13



POR ROBERTO BRANT

“SE O BRASIL NÃO MUDAR RADICALMENTE A FORMA DE ELEGER SEUS DEPUTADOS, NENHUM GOVERNO VAI GOVERNAR PARA OS BRASILEIROS”

Por que as eleições são enganosas

Existe um entendimento de que as redes sociais e a internet deram mais transparência à esfera pública e franquearam ao homem comum uma participação mais ativa no processo político. Em certos aspectos isso é verdadeiro. Nas eleições para presidente da República, governadores e prefeitos, a população forma um juízo bastante consistente do que está sendo decidido por meio de suas escolhas.

Nestas eleições, o número de candidatos é reduzido, muitas vezes apenas dois e raramente mais do que cinco. É fácil compará-los e, afinal, decidir. As principais mensagens eleitorais ficam na memória. É muito comum que os eleitores se desiludam com o passar do tempo, mas isso faz parte

do jogo democrático. Os julgamentos humanos, como estamos aprendendo com as ciências da mente, são muito influenciados por vieses e ruídos. Nesse campo, especialistas e homens comuns pouco se diferenciam.

Nas democracias, no entanto, os eleitores para exercer o Poder Executivo não exercem o poder sozinhos. O governo é compartilhado com um outro corpo eletivo, que é o parlamento. Se o Executivo e o Legislativo não agem de maneira cooperativa, o governo fica paralisado ou persegue objetivos contraditórios. Governos democráticos só podem funcionar quando o Executivo tem maioria parlamentar. No sistema parlamentarista de governo, é a própria maioria

que governa, por meio de um primeiro-ministro de sua escolha e de sua confiança. Se há divergência, cai o governo ou convocam-se novas eleições na busca de uma nova maioria.

Nos regimes presidencialistas, quando há apenas dois partidos, é mais natural a formação de uma maioria associada ao governo. Quando isso deixa de acontecer, o sistema entra em modo de crise, como vemos frequentemente nos Estados Unidos. No Brasil, conseguimos o requinte de montar o mais caótico e disfuncional dos sistemas. O regime é presidencialista, os partidos não são apenas dois, mas 25, e as eleições para presidente e governador são completamente diferentes das eleições

para deputados, embora realizadas no mesmo dia.

Nos países mais maduros e civilizados, as eleições para o parlamento são análogas às eleições para o Executivo. O país é dividido em distritos eleitorais, tantos quanto o número de cadeiras, e em cada distrito uns poucos candidatos disputam uma eleição majoritária, para que o eleito represente a maioria da circunscrição. O eleitor do distrito conhece pessoalmente os candidatos, vidas, ideias e caráter político. Ao contrário do que acontece entre nós, o eleitor sabe em quem votou e por que votou. Este sistema não forma maiorias automáticas, mas como as eleições se realizam ao mesmo tempo, a influência do debate nacional é

sempre dominante.

No Brasil, a eleição para deputados é uma forma de enganar a população. Os votos são contados para os partidos, além de para os candidatos, e o número de deputados em cada estado é definido pelos votos dos partidos. O eleitor vota no candidato A e acaba elegendo B, que pensa exatamente o contrário de A, pois os partidos não escolhem seus candidatos pela afinidade de ideias, mas pelo potencial de votos. E quem é eleito pode, durante o mandato, mudar de partido, como aconteceu há pouco, com 150 deputados, sem satisfação ao eleitor.

O presidente eleito, com mais de 50 milhões de votos, descobre que seu partido tem pouco mais de 10% da Câmara

dos Deputados. Para governar, procura cooptar o número necessário para formar a maioria. Começa aí o comércio parlamentar, cujas moedas são nomeações e verbas, se possível secretas. Políticas públicas, crescimento econômico, emprego, proteção social, tudo isto são palavras estranhas neste mercado sombrio e, às vezes, clandestino.

Se o Brasil não mudar radicalmente a forma de eleger seus deputados, nenhum governo vai governar para os brasileiros. Uma reforma desta natureza jamais será proposta pelo próprio Congresso. Meu temor é que um dia o povo tome consciência e se desespere. Fica o aviso de quem já viu muitas coisas e acha que estamos muito próximos de algo que desconhecemos.

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)